

Sociedade e meio ambiente no Sertão do Rio Piranhas, Capitania da Paraíba do Norte, século XVIII

Ana Paula da Cruz Pereira de Moraes^[1], Sebastião Junio da Silva Gonçalves Sales^[2], Dafi Irenice de Abreu^[3]

[1] anacruce@yahoo.com.br; IFPB – Campus Cajazeiras. [2] sebastiaojunioz@gmail.com; IFPB – Campus Cajazeiras.

[3] dafi.abreu@hotmail.com; IFPB – Campus Cajazeiras

RESUMO

A ocupação da América Portuguesa passou por diferentes etapas. Em um primeiro momento, as povoações se concentraram nas zonas litorâneas e, posteriormente, se deu um maior investimento na ocupação dos sertões. O presente estudo tem por objetivo problematizar o processo de ocupação do Sertão do Rio Piranhas, localizado no interior da Capitania da Paraíba do Norte. Para a execução da pesquisa foram utilizados os princípios da História Social e Ambiental, na medida em que a presente análise intentou envolver os aspectos sociais e ambientais dentro do processo histórico no Sertão do Rio Piranhas. Também buscou-se dados e documentos históricos empíricos dentro de expoentes clássicos da historiografia paraibana como Wilson Seixas e João de Lira Tavares, e no acervo do Arquivo Histórico Ultramarino. Ao final, observou-se a interferência das questões ambientais, especialmente a presença (ou ausência) de água como fator de distribuição das terras e, conseqüentemente, reterritorialização do espaço e tessitura de disputas e conflitos em torno dos espaços sertanejos.

Palavras-chave: Sertão. História Colonial. Capitania da Paraíba. Rio Piranhas.

ABSTRACT

The occupation of Portuguese America has gone through different stages. At first, the settlements were concentrated in coastal areas, and later took a greater investment in the occupation of the interior. The present study aims to problematize the process of occupation of the backland belonging to the Piranhas River, located inside the Captaincy of Paraíba do Norte. For the execution of the research the principles of Social and Environmental History were used, because this analysis involve social and environmental aspects within the historical process in the backland of Piranhas River. Also sought to empirical data and historical documents within exponents of classical historiography of Paraíba as Wilson Seixas and João de Lira Tavares, and on manuscripts of the Arquivo Histórico Ultramarino. At the end, it was observed the interference from environmental elements, especially the presence (or absence) of water as a factor in the distribution of land, resulting in a change in the territorial space and the formation of disputes and conflicts around the lands of the backlands.

Keywords: Backland. Colonial History. Captaincy of Paraíba. Piranhas River.

1 Introdução

O processo de ocupação da América pelo Império Português foi marcado por conflitos no âmbito ultramarino e também interno, dado que envolvia interesses tanto do aparato e poder estatal, como das intenções peculiares das elites locais que se envolveram na consolidação da presença do poder europeu nas terras “*brasilis*”.

Nesse sentido, sobre a formação dessa ambiência colonial do Brasil, muito já se pesquisou sobre as zonas do seu litoral e, nos últimos tempos, vêm se ampliando os estudos que buscam lançar o olhar sobre os sertões, ou seja, os interiores da América Portuguesa, sendo que estes apresentam dois aspectos importantes: o aspecto social, matizado, dentre outras questões, pela complexidade das relações conflituosas que se deram entre os indígenas (pré-habitantes) e os colonos (membros constituintes do avanço do domínio português); e o aspecto ambiental que, nos sertões do norte semiárido, envolvia a caatinga e a falta de águas abundantes e tais marcas interferiam na maneira como os sujeitos se envolviam entre si e com a paisagem natural.

Buscando contribuir com as pesquisas que se debruçam sobre a compreensão da formação da sociedade habitante dos sertões nordestinos, o presente estudo vem problematizar a espacialidade do sertão pertencente ao Rio Piranhas e Piancó na passagem do século XVIII, momento da sua formação social e espacial, que será a base para o que conhecemos como o Alto Sertão Paraibano.

A análise desenvolvida dentro do presente artigo estará dividida em três momentos, onde abordaremos:

- no primeiro, noções da relação entre o estudo da sociedade e da natureza como meio de compreender as práticas e relações sociais no tempo;
- no segundo, a importância da configuração ambiental do sertão de Piranhas na redistribuição (reterritorialização) das terras naquela espacialidade, que ocorreu através da prática de concessão de sesmarias, sendo a água um elemento causador de disputas e conflitos em torno do espaço;
- no terceiro momento, a partir da ideia de que houve um processo de reterritorialização do sertão engatilhado pela entrada coloniza-

dora portuguesa marcada pela expansão da economia criatória, abordaremos a imersão do Sertão do Rio Piranhas nos conflitos que marcaram os interiores do Norte (Nordeste) na passagem do século XVII para o século XVIII, conhecidos como “Guerra dos Bárbaros”.

Para tal intento recorreremos à historiografia que trata sobre a Paraíba, especialmente aos estudos que se debruçaram sobre o seu período colonial, bem como sobre o sertão foco deste estudo, de modo que utilizaremos obras de Wilson Seixas, Irenêo Joffily e João de Lira Tavares.

Também nos apoiaremos em documentos produzidos durante o período colonial, que se encontram acondicionados no Arquivo Histórico Ultramarino e que foram socializados com os pesquisadores brasileiros através do Projeto Barão Rio Branco, hoje disponibilizado pelo Centro de Memória Digital da Universidade de Brasília através do link <http://www.cmd.unb.br/resgate_index.php>.

2 A relação sociedade e natureza no estudo da história social

As experiências sociais construídas no tempo e no espaço são o objeto de estudo da História Social, e estas estão envolvidas com os elementos da natureza em maior ou menor grau, já que a paisagem social está inter-relacionada com a paisagem cultural, ou seja, a paisagem construída a partir da intervenção humana.

As práticas humanas se constroem e se tornam vivas dentro de um espaço que, por sua vez, passa a existir a partir de seus usos e viventes. Destarte, sujeito e espaço se constroem um a partir do outro e a História Social pode alargar seus olhares, valorizando a observação do meio ambiente como um elemento importante para se compreender os sujeitos e seus fazeres.

Logo, para se estudar o Sertão do Rio Piranhas, faz-se necessário atentar para a sua hidrografia, relevo, clima, flora e fauna, pois

las sociedades utilizan ambientes con distintas condiciones y recursos, y en este sentido no existe un mismo ambiente para todas las sociedades humanas, sino que cada una tiene un entorno ecológico que surge de la interacción de culturas con el ambiente. (VARELA; CARBALLO, 2001, p. 34).

Como verificado em outros sertões do Nordeste, o Alto Sertão Paraibano tem clima variante de 25°C, com um tempo de chuva muito restrito entre as estações do verão e do outono, e um tempo de seca mais amplo, entre o inverno e a primavera (ANDRADE, 1998, p. 46). Assim, o ritmo da vida dos sujeitos habitantes desses sertões acabava incorporando, em seus hábitos e práticas, o tempo da natureza: o tempo da chuva, o tempo da seca, o tempo da engorda do gado, o tempo de levar o gado para outros pastos. Este tempo da natureza influenciava as articulações econômicas, sociais e culturais da sociedade sertaneja do século XVIII.

O sertão de Piranhas está encravado nessa espacialidade marcada pelo semiárido, de sorte que para ele se dirigiam os sujeitos cujas atividades econômicas não exigiam terras férteis. Assim, a cultura econômica criatória se adaptou bem a este ambiente, já que a sua principal exigência era a vastidão de terras.

3 A busca por terra e água no Sertão de Piranhas no século XVIII

Até o século XVII, a grande maioria das povoações da América Portuguesa se concentrava na faixa litorânea (cf. Figura 1). Nesse mesmo século, os holandeses invadiram o norte (atual nordeste) dessas terras. Quando estes foram expulsos, após a retomada portuguesa, veio a crise da cana-de-açúcar e, conseqüentemente, o colapso da economia do litoral nordestino, restando ao Império investir na exploração de novos espaços na América. Destarte, os sertões passaram a receber uma leva de sujeitos em busca de melhores condições de vida, forçando assim a intensificação da ocupação dos interiores do Brasil e a ampliação da economia criatória.

Esse estímulo à ocupação dos sertões do norte da América Portuguesa acarretou o afloramento vivo de conflitos em torno do domínio e consolidação do poder sobre as terras sertanejas.

Nesse contexto, engendrou-se o processo de conquista dos sertões do Rio Piranhas e Piancó, localizados no interior da Capitania da Paraíba do Norte. Nessa espacialidade era a Povoação de Nossa Senhora do Bom Sucesso, atual cidade de Pombal-PB, o centro de emanção de poder administrativo ligado ao Império Português.

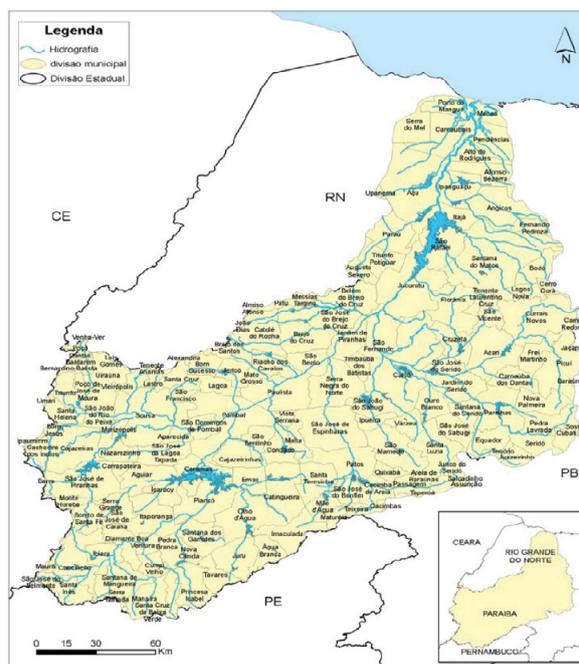
O Rio Piranhas nasce no interior da Paraíba e, ao adentrar os espaços do estado do Rio Grande do Norte, passa a se chamar Rio Assú (cf. Figura 2). Ele

é composto pelas sub-bacias do Rio Espinharas, Rio Piancó, Rio do Peixe e Rio Seridó. No entanto, como outros rios do sertão nordestino, suas águas não são perenes, passando longos tempos com seu leito seco.

Figura 1 – Carte du Brésil, Première Partie: Depuis la Rivière des Amazones jusqu’à la Baye de Tous lès Saints Jean Baptiste Bourguignon D’Anville, 1746.



Figura 2 – Bacia Hidrográfica “Rio Piranhas – Açú” (atual). Fonte: PARAÍBA, 2007.



E a busca pelo poder sobre as terras desse sertão, principalmente aquelas localizadas próximas aos rios, gerou tensões envolvendo indígenas e colonizadores,

de modo que questões sociais, étnicas e territoriais passaram a compor um contexto de conflitos.

Naquele lugar de encontro e desencontros entre diferentes, nativos indígenas e forasteiros buscaram manter e/ou reconstruir teias de poder e solidariedade que os permitissem dominar terras e outros sujeitos.

Nesse sentido, terra e natureza, no semiárido nordestino, passam a ser elementos importantes para a permanência dos homens no que era também conhecido como o “Sertão das Piranhas”.

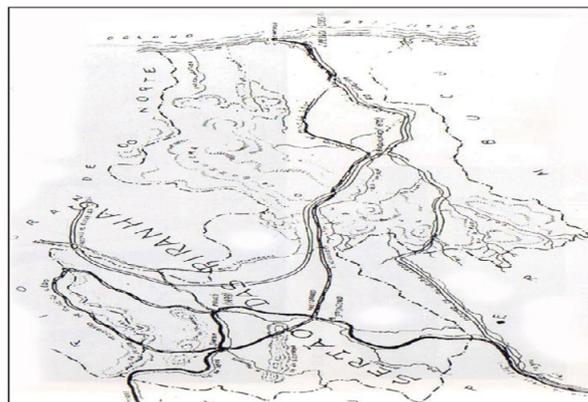
Irenêo Joffily (1927 [1892]), no final do século XIX, assim descreveu o “Valle do Piranhas”, afirmando que se localizava no lado ocidental do Planalto da Borborema e que possuía numerosos afluentes.

O Piranhas nasce no município de S. José, na serra que divide a Parahyba do Ceará, e depois cêrca de 40 leguas de curso no territorio parahybano, penetra no Rio-Grande do Norte, onde banha as cidades de Assú e Macáo, situada quasi em sua foz. Os seus principais afluentes são: pela margem esquerda o [Rio do] Peixe que, correndo por extensas varzeas, cobertas de carnaúbaes, banha a villa de S. João e cidade de Souza, reunindo-se depois ao Piranhas, entre esta cidade e a de Pombal, com umas 20 leguas de curso; e o de Porcos, na comarca de Catolé do Rocha, ribeira bem conhecida pela excellencia de suas pastagens. Pela margem direita recebe o Piancó, que nasce além da villa da Conceição, passa pelas de Misericórdia, e Piancó e cidade de Pombal, em cujas proximidades tem lugar a sua junção com o Piranhas, ao qual é superior em curso; o Espinharas ou Pinhãras, que na Parahyba banha a villa de Patos e no Rio-Grande do Norte a [vila] de Serra Negra; e o Seridó, que nasce na lagôa do Quixeré, tambem commum aos dous Estados com os seus tributarios Quinturará, Acauã, Cupauá e Sabugy. (JOFFLY, 1927 [1892], p. 99, grifo nosso).

Esta descrição da bacia hidrográfica do Rio Piranhas, localizado no extremo oeste paraibano, deixa entrever como essas terras eram valiosas pela quantidade de rios e ribeiras que as compunham e, conseqüentemente, possuidoras de uma instigante diversidade de fauna e relevo. Mesmo a caatinga tem diferentes formas, desde a arbórea até a arbustiva, configurando essas terras como propícias ao cultivo e, em especial, à pecuária.

O distante Sertão do Rio Piranhas era uma fronteira a ser ocupada, bem como um espaço de disputas (cf. Figura 3).

Figura 3 – Mapa do roteiro de penetração na conquista do sertão paraibano. Fonte: SEIXAS, 1975.



Em agosto de 1700, o sargento-mor Gonçalo de Oliveira Ledo, junto com Mateus Pereira de Oliveira, o capitão Francisco Pereira de Oliveira, o capitão Bento Correia de Lima, o sargento-mor João de Andrade, o licenciado Luis de Mendonça de Sá, João de Souto Maior, Bernardino de Mendonça Bezerra, o tenente Francisco Fernandes e o capitão José Fernandes, pediram terras no sertão das Piranhas, mais especificamente, as terras que iniciavam na “Cauâm pelo rio Piranhas acima”. Além disso, afirmavam que as terras estavam devolutas e que os suplicantes tinham gado para povoar o lugar. Ao mesmo tempo, “alguns haviam feito serviços a Sua Magestade na defença do Tapuia”.

Os dados apresentados neste pedido de terras foram retirados de uma solicitação de Carta de Sesmaria (Doc. 19), que foi transcrita na obra paraibana intitulada “Apontamentos para a História Territorial da Parahyba”, de autoria de João de Lyra Tavares (1982 [1909], p. 41). Tal documento traz uma pequena amostra das práticas que foram construídas dentro do sertão de Piranhas, bem como em outros sertões, no momento de sua reocupação pelos novos colonizadores.

Primeiro, vem o aspecto da busca por terras próximas aos rios; inclusive, os solicitantes afirmavam que na falta de água iriam recorrer ao “rio da Vacca Morta”, que também desaguava no Rio Piranhas. A água dentro dos sertões de características semiáridas era preciosa e, portanto, disputada. Não é à toa que os indígenas irão promover resistência aos novos

colonizadores, com o intuito de não perderem seus domínios sobre as terras ligadas às águas. Assim, descortina-se o segundo elemento que envolve as variáveis sociedade e meio ambiente no processo de formação espacial do sertão de Piranhas: o embate entre colonizadores e indígenas.

No documento citado, os suplicantes referenciam a participação de alguns deles no serviço real na luta contra o Tapuia (termo de época utilizado para designar o índio hostil). Este serviço qualificava o suplicante à apatidão de receber uma “mercê” real, ou seja, o favor ou recompensa real pelos serviços prestados em batalha.

De todo modo, esta condição de participação nas guerras em prol dos interesses coloniais elevava os sujeitos – especialmente os detentores de patentes militares, geralmente conseguidas dentro da dinâmica da guerra contra o gentio bravo – a um patamar social mais elevado em relação a muitos outros sujeitos componentes da sociedade que se configurava no sertão. Ao mesmo tempo, a ligação com aqueles considerados importantes dentro da hierarquia social vigente permitia a muitos sujeitos também gozarem das benesses da coroa, como se vê no documento.

E foi o que se deu com os homens envolvidos na solicitação de sesmaria nº 19, já que o capitão-mor da Paraíba, Francisco de Abreu Pereira, assim determinou:

Foi-lhes feita a concessão de vinte legoas de terra, sendo duas de comprido e uma de largo, a cada um, pelo rio das Piranhas acima para o da Vacca-Morta, e pela da Acau-an sem interpolação de terra alguma. (TAVARES, 1982 [1909], p. 42).

Importante lembrar que as terras concedidas margeavam o rio com o qual faziam fronteira; assim, os indígenas perdiam espaço junto aos lugares de águas cada vez que os colonizadores se espalhavam no repovoamento do sertão.

Este movimento gerou um processo de reterritorialização dos povos indígenas, que irão desenvolver meios de lidar com o que estava posto, colocando-se, de acordo com as diferentes comunidades, na condição de aliado ou hostil.

4 O Sertão de Piranhas: lugar de confrontos entre indígenas e colonos

Nesse contexto, em fins do século XVII, estava acontecendo um conjunto de embates entre colonizadores forasteiros e os indígenas nativos do Nordeste, que recebeu o nome de “Guerra dos Bárbaros”. Tal denominação carrega em si o sentido pejorativo com o qual o movimento era reconhecido no século XVIII. E inclusive, foram os índios da Nação Cariri um forte símbolo de nação resistente, daí esta série de conflitos também ser conhecido como “Confederação dos Cariris” (PUNTONI, 2002).

Wilson Seixas, no ano de 1975, publicou o clássico artigo “Pesquisas para a história do sertão da Paraíba”, que ainda hoje é uma referência obrigatória para aqueles que buscam estudar a história colonial do sertão paraibano. Nesse artigo, há um destaque à carta produzida pelo então governador da Capitania da Paraíba, Manoel Soares de Albergaria, no ano de 1697, comunicando à Coroa as ações do capitão-mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, no Sertão do Rio Piranhas (SEIXAS, 1975, p. 55-56):

Senhor: No princípio do ano de [16]97 veio a esta cidade o Capitão-mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, e me informou o estado em que se achavam os sertões daquele distrito despovoados das invasões e destrago que os anos passados fizeram nelles o gentio bárbaro Tapuia e que era mui conveniente, que estes se tornassem a povoar com gados e currais, assim pela utilidade que resultava a real fazenda de V Magest. pelo crescimento dos dízimos [...]. Estou esperando pelo Capitão Mor para fazer outra entrada e me consta se vão ajuntando muitos gados para ir povoar as Piranhas. Onde se deve fazer o arraial para segurança daqueles povoadores e confusão do gentio [...]. (cf. Arquivo Histórico Ultramarino. Documentos sobre a Capitania da Paraíba do Norte, n. 227).

Esta citação nos permite visualizar como o governador da Capitania da Paraíba do Norte deu relevância à ação de Teodósio de Oliveira Ledo, sendo que esta ação implicava no processo de controle da presença indígena no sertão, o que de forma geral acarretou a matança dos indígenas que resistiam à

presença colonizadora. Esta resistência era vista pelas autoridades locais como um perigo ao sucesso da “real fazenda de V. Magest.”.

Nessa ambiência, o gado era visto como aquele que iria reabilitar o sertão que estava, para as autoridades, “despovoado” devido aos estragos que o “tapuia brabo” havia feito. A partir do curral e com o investimento do poder estatal, seria erguido um “arraial” como estratégia de militarização do espaço com vistas a “pacificar” “as Piranhas”.

A resistência indígena que justificava o envio de munições e homens para o sertão estava conectada ao conjunto maior de conflitos existentes nos sertões do Nordeste durante a segunda metade do século XVII e início do século XVIII, conhecido, como já foi exposto, como “Guerra dos Bárbaros”. Do mesmo modo que as tropas paulistas, a investida militar do capitão-mor das Piranhas e Piancó, Teodósio de Oliveira Ledo, era parte de um aparato do governo português para destruir as forças dos indígenas que lutavam pela manutenção de seus territórios nas terras dos sertões.

5 Considerações finais

A partir da prática da empiria documental, inclusive utilizando a técnica da leitura paleográfica, é possível acessar o passado da história colonial do sertão paraibano.

Compreender esse passado permite entender, por exemplo, a dificuldade que ainda hoje sentimos para reconhecer a participação indígena na história social do sertão de Piranhas e que esta etnia fez parte da tessitura da sociedade que conhecemos. Até mesmo nos ambientes de formação escolar não se tem conhecimento profundo dos conflitos que se deram em torno do poder sobre as terras do nosso sertão, bem como a delimitação dos múltiplos territórios que se configuraram no tempo a partir dessa espacialidade.

Portanto, o presente trabalho, além de apresentar uma nuance acadêmica de socialização de conhecimentos construídos sobre o passado do sertão de Piranhas, buscou cumprir sua responsabilidade no que tange à função social da História, que também implica não permitir o “esquecimento” ou “silenciamento” das experiências humanas passadas.

No decorrer do texto, viu-se que a distribuição das terras no século XVIII, no Sertão do Rio Piranhas, através da concessão de sesmarias, ampliava o controle do Estado sobre o sertão distante e, ao mesmo

tempo, excluía aqueles que antes habitavam o lugar, os indígenas; também foi possível perceber o quanto a água era um elemento significativo e interferente na forma de configuração dos limites das propriedades e das articulações do homem com a natureza da caatinga; por fim, reconheceu-se a resistência indígena no Sertão do Rio Piranhas e o uso da força, do “ferro e fogo”, por parte do Estado e de suas tropas locais com o intuito de minar a hostilidade indígena e submetê-la, sendo a resistência indígena parte de um conjunto mais amplo de embates conhecido como a “Guerra dos Bárbaros”.

Esperamos, por fim, que este trabalho analítico-histórico estimule a proliferação de novos estudos, cujos olhares se voltem para a história regional e local, focando, especialmente, o estudo sobre a formação social e espacial do “Sertão das Piranhas”.

6 Agradecimentos

Agradecemos à *Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Paraíba (PRPIG-IFPB)* que financiou nossos estudos através dos programas “Bolsa Pesquisador”, “PIBICT” e “PIBIC-EM”, respectivamente.

Agradecemos também à *Coordenação de Pesquisa e Extensão do IFPB – Campus Cajazeiras* pelo incentivo à pesquisa e socialização de conhecimentos através dos eventos Mostra de Pesquisa e Extensão e Semana de Ciência e Tecnologia, nos quais pudemos divulgar, para a comunidade local, trabalhos ligados ao conteúdo do presente artigo.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Manuel Correia de. **A terra e o homem no Nordeste**: contribuição ao estudo da questão agrária no Nordeste. 6. ed. Recife, PE: UFPE, 1998.

JOFFLY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. Brasília, DF: Thesaurus, 1927 [1892].

PARAÍBA. AESA. **Levantamento Ambiental do Rio Piranhas-Açu**. 2007.

PUNTONI, Pedro. **A Guerra dos Bárbaros**: povos indígenas e a colonização do sertão nordeste do Brasil, 1650-1720. São Paulo: Hucitec; Usp; Fapesp, 2002. (Estudos Históricos, 44).

SEIXAS, Wilson. Pesquisas para a história do sertão da Paraíba. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Paraibano**, João Pessoa, n. 21, p. 51-84, 1975.

TAVARES, João de Lyra. **Apontamentos para a História Territorial da Parahyba**. Brasília: Senado Federal, 1982 [1909].

VARELA, Brisa; CARBALLO, Cristina. Recursos, sociedade y ambiente: el ciclo del oro en la organización ambiental del territorio serrano de la Provincia de San Luis del siglo XVIII (Argentina). **Estudios Ibero-Americanos**, Porto Alegre, v. 27, n. 2, p. 31-47, dez. 2001.